



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social.

Sub-eixo: Envelhecimento.

ENVELHECIMENTO E INTERGERACIONALIDADE

ROGÉRIO DO NASCIMENTO SILVA¹

Resumo: Este ensaio teórico tem como finalidade propor uma reflexão sobre os paradigmas e desdobramentos em torno da questão do envelhecimento para a pessoa idosa e para a sociedade como um todo. Pensar sobre os elementos invisibilizados que refletem a diversidade e multidimensionalidade do processo de envelhecimento através das interseções no que se refere a gênero, raça, etnia, classe e geração. Neste sentido é necessário pensar sobre estratégias de enfrentamento do preconceito a população idosa a partir de uma nova concepção do envelhecer.

Palavras-chave: envelhecimento; intergeracionalidade; trabalho e interseccionalidade

Resumen: Este ensayo teórico tiene como finalidad proponer una reflexión sobre los paradigmas y desdoblamiento en torno a la cuestión del envejecimiento para la persona mayor y para la sociedad como un todo. Pensar sobre los elementos invisibilizados que reflejan la diversidad y multidimensionalidad del proceso de envejecimiento a través de las intersecciones en lo que se refiere al género, raza, etnia, clase y generación. En este sentido es necesario pensar sobre estrategias de enfrentamiento del prejuicio a la población anciana a partir de una nueva concepción del envejecimiento.

Palabras clave: envejecimiento; intergeneracionalidad; trabajo e interseccionalidad

1. Introdução

A questão do envelhecimento populacional, em especial, nos países centrais traz importantes transformações e novos desafios à sociedade. No Brasil, em poucas décadas – a partir dos anos 60 – a população de idosos (a partir de 60 anos) cresce num ritmo acelerado de envelhecimento.

Em uma época de acirramento do individualismo, de dualidades e de incertezas econômicas, sociais, políticas e ambientais; como buscar estratégias para lutar contra o *ageísmo*² em um mundo globalizado e *internético*, que prolifera opiniões e sentimentos sem concepção crítica e reflexiva, em meio a

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <rogernasil@gmail.com>

² “Ageism” - de acordo com Goldani (2010), este termo foi utilizado por Robert Neil Butler para descrever as práticas discriminatórias a pessoas mais velhas ou idosos, podendo acontecer contra o indivíduo ou grupos, inclusive no âmbito institucional e das políticas.

uma perspectiva cada dia mais ampla, de uma convivência metamorfoseada entre pessoas de diferentes idades, diferentes objetivos, diferentes relações laborais, num cotidiano e perspectivas de diferentes tempo e espaço.

A exposição acerca da interseccionalidade dos esteriótipos sociais do envelhecimento, a criação de possíveis estratégias para conscientização e promoção do convívio intergeracional, não consiste somente em apontar as mazelas as quais estão expostas a pessoa idosa, mas busca no exercício da prática educativa uma forma de produzir símbolos para que membros de uma coletividade venham se reconhecer e/ou comunicarem sua solidariedade, e deste modo expressar a dimensão simbólica da participação.

2. Entre as Políticas e o Cuidado

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - Censo 2000) que apontava o aumento da expectativa de vida (média acima dos 70 anos) devido à redução da mortalidade infantil e da diminuição da taxa de fecundidade, que progressivamente atingiriam as outras idades, já anunciava o aumento do percentual de idosos com perspectiva de duplicar em vinte anos.

Fato este evidenciado, uma década depois, com a realização do Censo Populacional de 2010 do IBGE, reafirmando o crescimento da população idosa (com 60 anos ou mais) que representava mais de 14 milhões de pessoas em 2000, em projeção superará a casa dos 29 milhões para 2020, e para 2050 poderá chegar a 66,5 milhões de idosos. Situação que obrigatoriamente acarretará significativas transformações na sociedade e na economia, e seus efeitos produzindo o surgimento de grandes desafios (Simões, 2016). Através do Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde apresentado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2015 - *World Health Organization (WHO)* - a porcentagem atual de idosos é de 12,5%, devendo alcançar os 30% até a metade do século, isto é, entraremos na relação de países como França, Canadá e Inglaterra, que possuem mais de 14% da população envelhecida. Assim torna-se de suma importância salientar que, apesar das ações implementadas através de programas na área da saúde, principalmente a partir

da década de 1970 no Brasil, cabe observar que os investimentos no que se refere a políticas públicas para este seguimento populacional estão muito abaixo do necessário, diferentemente dos países anteriormente citados.

A questão do envelhecimento para além da visibilidade do crescimento populacional torna-se elemento de discussão e reflexão teórica (objeto do conhecimento científico), possibilitando olhares que revelam a interface com a construção social.

Desta forma, a partir das “teorias sociológicas do envelhecimento”³, que começaram a ser sistematizadas também na década de 1960, sendo classificadas conforme suas origens intelectuais e níveis de análise, estas também contribuem para a compreensão da produção acadêmico-científica, de modo a evidenciar que a questão da senescência não se resume apenas aos aspectos demográficos.

Autores, como Giddens (2004) e Peterson (1999) chamam este fenômeno “GRIS” do envelhecimento populacional de “agrisalhamento demográfico” e “alvorada grisalha”, respectivamente.

A maioria dos países industrializados estão a passar por um fenômeno de “agrisalhamento” da população. A percentagem de cidadãos com mais de sessenta e cinco anos está a aumentar de forma progressiva e continuará a crescer assim durante as próximas décadas. As sociedades estão perante novos desafios, à medida que o rácio de dependência da população idosa continuar a aumentar. Este rácio mede a relação entre o número de reformados e as pessoas em idade activa. À medida que a população idosa aumenta, crescem também as exigências sobre os serviços de segurança social, o regime de pensões e os sistemas de prestação de cuidados de saúde, enquanto se verifica existir cada vez menos gente nos trabalhos remunerados que financiam estes serviços. (GIDDENS, 2004, p. 170)

Ao analisar as mudanças registradas nas estatísticas demográficas dos países desenvolvidos, Giddens (2004) apresenta uma perspectiva acerca do envelhecimento europeu enquanto Peterson (1999) do americano; porém ambos tem como preocupação central a questão das reformas da seguridade

3 As Teorias Sociológicas do Envelhecimento são classificadas por critérios de gerações, sendo: primeira geração as teorias elaboradas entre 1949 e 1969, tendo como unidade de análise o indivíduo; a segunda geração entre 1970 e 1985, tendo como foco o nível macrossocial, a influência dos aspectos sociais no processo de envelhecimento e o segmento idoso como categoria social, e a terceira geração as teorias unem os níveis micro e macrossocial de análise enfocando os aspectos estruturais do envelhecimento. (SIQUEIRA, 2002).

social e manutenção dos direitos previdenciários (aposentadorias e pensões), discursos apropriados pelos atuais governos brasileiros que recorrentemente tratam a Previdência Social como uma política em processo de colapso, realizando “reformas” e sob o argumento de que é a população ativa que, segundo esses autores, mantém os programas que “sustentam” os idosos; porém a de se ressaltar que no caso da previdência e aposentadoria os trabalhadores são contribuintes ao longo de sua trajetória de trabalho, e que tais recursos previdenciários deveriam financiar políticas e programas para todo o conjunto dos trabalhadores, inclusive os inativos. Mesmo não sendo o foco principal deste artigo, cabe sinalizar que há estudiosos no Brasil, como Behring (2007) e Granemann (2001) e, também, os representantes da ANFIP⁴ (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) que se manifestam diferentemente, em particular aqueles que pautam seus argumentos na lógica de uma melhor distribuição da riqueza produzida.

Dentro deste contexto é relevante ressaltar que, de acordo com Neri (2005) citada por Siqueira (2009,p.211), fatores como a improdutividade e a dependência econômica são recorrentemente utilizados para reforçar os esteriótipos e preconceitos contra a pessoa idosa, mitos estes que são desqualificados tendo em vista a permanência (ou retorno) desse estrato populacional ao mercado de trabalho. Conforme extraído do site “Portal Brasil” (2017), de acordo com o Ministério do trabalho, entre os anos de 2010 e 2015 a permanência das pessoas entre 50 e 64 anos de idade nos postos de trabalho recebeu um incremento de aproximadamente 30%; e no mesmo período ocorreu um aumento de 58,8% na força de trabalho do grupo na faixa etária acima dos 65 anos de idade.

De acordo com Debert (1999), esse processo é marcado pelo debate de dois modelos antagônicos como forma de se pensar o envelhecimento, tendo no primeiro um quadro que sinaliza a situação de pauperização e abandono da

4 Ver historia da ANFIP em (www.anfip.org.br). Em 22 de abril de 1950 é fundada a “Associação dos Fiscais de Previdência Social” com seus Estatutos apontados sob o nº 6.103, registro nº 2.753, Livro A-1, do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, da cidade do Rio de Janeiro – RJ. Em 2007, face a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, o cargo de “Auditor-Fiscal da Previdência Social” passa a denominar-se em “Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil” e a entidade passa a denominar-se “Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil”.

pessoa idosa, modelo esse criticado porque mesmo sem a intenção, estaria a alimentar os estereótipos da velhice, quer dizer, a situação de dependência e passividade, ampliando a visão de doença, isolamento, abandono da família e alimentado pelo Estado. E o segundo é a visão de mostrar os idosos como seres ativos, que segue o conceito atual de envelhecimento ativo, onde é possível que esses idosos vivam como pessoas capazes de responder de forma original aos desafios enfrentados diariamente, ou seja, estejam readaptados a realidade contemporânea.

Porém, Norbert Elias (2001, p.84) ao refletir acerca do cuidado nas sociedades pré-industriais sinaliza que no processo cronológico e histórico do envelhecimento, onde grande parte da população era composta por camponeses e lavradores, quem proporcionava cuidado aos velhos e/ou moribundos era a família; mas nem sempre este cuidado acontecia de forma tranquila, podendo existir tanto num contexto de amabilidade ou de brutalidade no espaço familiar ocorrendo de maneira mais pública nas sociedades industriais, sendo comum a existência de conflitos intergeracionais principalmente quando os mais jovens assumiam o comando da família.

As pessoas idosas envolvidas nessas relações permeadas por questões de afetividade, poder e coerção, tem na contemporaneidade a proteção do Estado contra a violência, não podendo este legislar sobre as relações “invisíveis” do espaço privado familiar. De acordo com Elias (2001), o envelhecimento desencadeia um processo de enfraquecimento e isolamento dos indivíduos do convívio social e familiar a partir do asilamento, o qual poderíamos ampliar para isolamento no caso de ruptura das relações sociais e da aposentadoria no caso do trabalho. Essa separação da vida cotidiana e a convivência com pessoas desconhecidas inclui estes idosos num processo forçado de readaptação.

Através do artigo intitulado “Quem Cuida das Pessoas Idosas?”, publicado no livro “A Velhice”, de Simone de Beauvoir (1990); Robert Burger (1969) após analisar as leis *Medicare* e *Medicaid*, vigentes a época nos Estados Unidos, reflete que grande parte da população americana aceitava o pressuposto de que as pessoas idosas se sentiriam mais seguras ao

compartilharem o mesmo espaço com outras pessoas da mesma faixa etária:

(...) suas necessidades médicas são particulares, e que são tratadas com mais eficácia se as agruparmos entre elas; que seus interesses e sua sensibilidade são protegidos quando se encontram entre pessoas de sua idade, e que são mais felizes e vivem mais tempo quando estão longe das pressões do mundo, da juventude e da concorrência. (1969, p. 674)

Para além de acreditar que essa visão era equivocada, o autor afirma que a sociedade americana não foi capaz de trabalhar sobre o principal problema das pessoas idosas institucionalizadas – o da readaptação – sendo que os esforços deveriam ser concentrados num processo de adaptação que deveria acontecer anteriormente à institucionalização, pois os estabelecimentos asilares chamadas de *nursing homes*, são considerados como recurso para lidar com os velhos “difíceis”, quando deveriam ser de fato local de readaptação.

A importante participação do segmento idoso, através dos processos de transição demográfica e epidemiológica no Brasil, vem se desenvolvendo de maneira heterogênea, o que Veras (2003) associa às desigualdades sociais no país. Para esta análise o autor toma como relevante os diferenciais de gênero, idade, renda, situação conjugal, educação, atividade econômica, etc.

Goldman (2000), Paz (2001) e Haddad (1986) ampliam esse olhar, ao remeterem o tema à perspectiva de classe e também o caracterizam como interdisciplinar. Pela complexidade o assunto exige ser estudado por diversas disciplinas que compõem o campo gerontológico e requer múltiplos olhares e múltiplas ações, pois sendo um fenômeno humano, o envelhecimento apresenta características diferenciadas de acordo com a cultura, com o tempo e com o espaço, ou seja, é importante considerar o histórico e as contradições dialéticas tratados numa perspectiva de totalidade.

O fenômeno do envelhecimento, no que se refere ao Brasil, desencadeou a necessidade de elaboração de políticas que correspondessem às demandas e anseios da pessoa idosa, que para além de garantia de direitos e autonomia, viesse a compreender as especificidades deste segmento, com o objetivo de propiciar um olhar mais amplo, respeitando assim a complexidade

da temática em questão. Percebe-se a urgência de um novo modelo de gestão das políticas sociais, pautada na realidade das famílias brasileiras, nos novos arranjos familiares; onde as transformações que agravam a questão da pobreza e que tornam as relações sociais ainda mais complexas não sejam tratadas como políticas focalistas, mas sim sistematizadas na totalidade das relações entre os segmentos etários e sociais.

Numa sociedade globalizada e de economia capitalista onde a noção de autonomia é subvertida por uma perspectiva financeira e diferenças geracionais de uso da tecnologia, transformações no mercado de trabalho e na formação da mão de obra, no esfriamento das relações pessoais. Fomentar a reflexão sobre como as gerações enxergam umas as outras é fundamental.

Siqueira (2009), em sua pesquisa aponta o preconceito geracional entre jovens, adultos e idosos, onde os jovens têm como principal percepção da velhice a incapacidade e os idosos veem os jovens como irresponsáveis.

Neste sentido, penso ser necessário refletir para além da adoção de políticas econômicas, previdenciárias, de serviços de saúde e sociais que atendam essa demanda populacional, fica evidente a necessidade de promover pela via da intersetorialidade, da interdisciplinaridade e da educação de crianças, jovens, adultos e idosos uma nova concepção do envelhecimento como forma de enfrentamento e diminuição dos preconceitos geracionais.

Essa situação evidencia a necessidade de mudanças substanciais em (pre) conceitos socialmente construídos em torno da questão do envelhecimento humano e da própria humanidade, que impede os jovens e futuros adultos de se perceberem no processo de envelhecimento e o mesmo como fase essencial do ciclo da vida.

De acordo com França (1997), especialistas afirmam que o contato das crianças com os idosos se torna essencial para a transmissão de culturas e valores, assim como da identidade parental, por outro lado em alguns casos esse convívio é negado a pessoa idosa sob o pretexto de interferência no processo de desenvolvimento da criança durante a infância. No que se refere a realidade cotidiana esse convívio torna-se apenas uma fuga para satisfazer a necessidade de corresponder a uma demanda pessoal dos indivíduos mais

jovens, confirmando o que Simone de Beauvoir (1990) relata sobre os adultos se interessarem pelo velho como objeto de exploração.

3. Intersetorialidade, Interdisciplinaridade e Interseccionalidade

A intersectorialidade tem seu fundamento na articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas (INOJOSA, 2001), a fim de buscar resultados integrados procurando superar a fragmentação das políticas e das ações, respeitando as especificidades de cada área.

No que se refere à realização e avaliação das políticas sociais, a intersectorialidade traz a expectativa de uma maior aproximação com as demandas sociais, ou seja, da realidade vivenciada pelas famílias e os diferentes sujeitos; como é o caso da questão do envelhecimento, tendo em vista que isoladamente as políticas setoriais não abarcam a complexidade apresentada pelas expressões da questão social. (LUZ, 2003)

É necessário observar que qualquer mudança pode ser apenas uma mudança de sistemática ou pode ser uma mudança política real, tendo como base um projeto político de participação, que seja transparente e novo, caso contrário ela irá se esgotar como nova sistemática. Trata-se, portanto, do desenvolvimento de um olhar e de um fazer em que dialoguem as várias dimensões da mudança, orientados, sempre, pelas necessidades integradas da população. (INOJOSA, 2001)

Com relação à interdisciplinaridade, definida por Almeida Filho (1997) como a reunião de diferentes disciplinas articuladas em torno de uma mesma temática com diferentes níveis de integração, Minayo (1994) observa que é praticamente impossível conceituar *consensualmente* o termo, havendo segundo a autora duas formas de interdisciplinaridade: uma implícita (interna) atribuída à racionalidade científica que de acordo com o avanço e desenvolvimento do conhecimento cria novas disciplinas, a citar a gerontologia; e outra constituída externamente por meio de campos operativos articulando ciência, técnica e política através de intervenções sociais.

No âmbito acadêmico, há um movimento no campo da produção de conhecimento para abrir essas clausuras setoriais e até rompê-las. (...) Isso porque as disciplinas são incapazes, isoladamente, de captar **o que está tecido em conjunto**. Essa expressão em destaque é o significado da palavra “complexidade”. A vida está tecida em conjunto; não é possível separá-la. E é por isso que as disciplinas não têm dado conta da complexidade, dessa diversidade articulada. (INOJOSA, 2001, p. 103)

A preocupação com a questão do envelhecimento ao longo do tempo trouxe à grande área das ciências humanas um conjunto de necessidades ligadas diretamente na atenção à pessoa idosa, principalmente a preparação de profissionais capacitados a fim de atuar nas áreas de prestação de serviço, pesquisa e políticas públicas, entre outras. Com a finalidade de construir alternativas para o exercício da dimensão pedagógica e educativa para inclusão da discussão em torno do envelhecimento humano e para além da dimensão biológica da velhice; considerando a importância e a centralidade da questão do trabalho nas relações sociais como forma de participação, ocupação e convívio entre as gerações, Siqueira (2009) relata que a troca de experiências, expectativas e saberes entre gerações torna-se fator essencial na superação de preconceitos e estereótipos.

A autora reforça o discurso da Organização Mundial de Saúde – *World Health Organization* (WHO,2005) – sobre a necessidade de educar os jovens para a questão do envelhecimento e garantir os direitos das pessoas mais velhas; uma vez que o foco não se debruça sobre o questionamento se envelheceremos ou não, mas a questão que desponta como central está na reflexão sobre como envelheceremos. Torna-se fundamental ampliar a dimensão do conhecimento a cerca das leis e dos aspectos sociais, econômicos e culturais do envelhecimento, a fim de expor a interseccionalidade⁵ e/ou eixos de intersecção que atravessam a trajetória de vida do ser humano.

A diversidade e multidimensionalidade do processo de envelhecimento,

5 **Interseccionalidade** (ou **teoria interseccional**) é o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. A teoria sugere e procura examinar como diferentes categorias biológicas, sociais e culturais, tais como gênero, raça, classe, capacidade, orientação sexual, religião, casta, idade e outros eixos de identidade interagem em níveis múltiplos e muitas vezes simultâneos.

permite-nos utilizar o termo “velhices” como forma de expor as diferenças e desigualdades deste fenômeno, isto é, sua dimensão social para além da questão biológica e orgânica (Cunha,2008). Indivíduos que acabaram de completar 60 anos de idade, outros que estão transitando na faixa etária entre os 70 e 80, e aqueles que já ultrapassaram os 80 anos de idade e caminham rumo ao centenário constituem uma divisão etária dentro da velhice, onde popularmente são cunhados os termos *idosos mais novos* e *idosos mais velhos*. Tal situação sinaliza que devemos observar também as particularidades entre as pessoas idosas que residem com familiares, as que residem sozinhas, em situação de rua e as institucionalizadas; as dependentes, as independentes e as acamadas. Diferenciações estas que possibilitam demonstrar as diversas configurações e padrões de segmentação na constituição da sociabilidade humana e que se agregam às hierarquias de classe, gênero, raça, etnia e geração.

Saffioti (2001) explica que a ordem das bicadas⁶ humanas, torna-se complexa por ser resultado das hierarquias de classe, gênero e raça (aqui gostaria de incluir as hierarquias de geração e territoriais) contidas no processo para subjugar uma categoria social através das dimensões da dominação e da exploração. Neste sentido a figura do dominador projeta suas ideias para além de seu tempo a partir de uma ordem masculina contida nas hierarquias anteriormente citadas e na violência simbólica e física perpetrada por esta ordem.

Saffioti (1978), na introdução de seu livro “Emprego Doméstico e Capitalismo”, revela que as diversas formas de discriminação contra a mulher em suas distintas formações sociais, suscita na década de 1960 um novo movimento feminista que articula em diferentes partes do mundo estratégias de denunciar de modo sistemático as práticas sociais “que inferiorizam os elementos femininos da população”. Relacionado ao reconhecimento desta discriminação, violência e opressão nasce no início dos anos de 1970 o

6 **Ordem das Bicadas** – hierarquia aviária baseada no direito de bicar outro coespecífico de seu grupo, onde a posição social relativa da galinha é determinada pelo número de indivíduos que ela bica, sendo que o indivíduo verdadeiramente dominante bica todos os outros sem ser bicado de volta e o indivíduo mais submisso é bicado por todos. (ROCHA, 2012)

movimento de mulheres; que também coloca em debate a cientificidade do assunto (Hirata e Kergoat, 2007), adensando os questionamentos sobre a condição feminina, dada como intrínseca à natureza da mulher.

4. Conclusão

É importante perceber que, sobre a pessoa idosa a humanidade está a repetir equívocos, assim como ainda é feito às mulheres, aos negros, aos pobres; com caracteres biologizantes e esteriótipos inferiorizantes, imputando ao velho uma fragilidade globalizada e ao mesmo tempo uma exploração exacerbada, pela falta de conhecimento da realidade.

No Brasil e em outros países, principalmente os da América Latina, ainda são preponderantes meios de inserção social e valorização humana, a qualificação e o exercício profissional como expressão de nossas habilidades e competências, assim como no mercado de trabalho a busca pela igualdade de oportunidades, deveria começar pelo processo educacional. Para que tal processo se cumprisse de forma equânime seria necessário uma verdadeira rede de compromisso em que instituições, organizações, grupos e pessoas se articulem em torno das questões da sociedade, programando e realizando ações integradas, avaliando juntas os resultados e reorientando ação e formação. Temos como exemplo as Universidades da Terceira Idade (Unati's) e as atividades geracionais promovidas pelo Serviço Social do Comércio em todo Brasil, porém esses projetos devem compor uma sistemática mais ampla e que se comuniquem a partir de uma temática inserida na política pública de educação, por exemplo.

Goldeman (2009) visualiza o processo de memória social a partir de uma construção dinâmica de interações, informações transversalizadas através das experiências e vivências de grupos e indivíduos e das trocas de interesses. Por isso a importância de aglutinar informações e trocas intergeracionais nos espaços públicos e privados, nas empresas e demais instituições, numa perspectiva de educação popular, como método de valorização dos saberes do povo através das gerações e de suas realidades culturais na construção de novos saberes. Construir espaços e territórios de proximidade social que

possam criar e fortalecer a identidade e o sentimento de pertença familiar, social e cultural a partir de análise e interpretação do contexto local.

Com relação à legislação brasileira, há de se considerar como marco regulatório de um novo momento das políticas sociais no Brasil, a Constituição Federativa de 1988 e no que se refere a questão do idoso, a partir de então, foram criados a política nacional e o estatuto, mas observa-se que na prática as legislações e políticas ainda estão aquém de responder às demandas deste segmento e de suas famílias, principalmente as mais empobrecidas, com vistas a garantia de proteção integral e absoluta prioridade no acesso aos direitos fundamentais de todo ser humano.

Uma dessas prioridades constitui-se no atendimento ao idoso através de sua própria família em detrimento do asilamento (BRASIL, 2003). A chamada desinstitucionalização ou a não institucionalização de idosos está assegurada como direito a convivência familiar e comunitária, devendo ser utilizada como último recurso. Mas será que as ações, programas e projetos desenvolvidos pelas diversas secretarias envolvidas como: saúde, assistência social, previdência e habitação são suficientes para que este direito seja de fato garantido?

Deste modo, pensar a construção de conhecimento a partir das categorias classe, raça, sexo, gênero e geração na construção de oportunidades nos leva a entender que apesar do recrudescimento, vivemos um momento de possibilidades mais amplas de diálogo e efetivação de propostas pela igualdade de direitos a partir da construção desses espaços de diálogo e resistência abrindo caminhos, para que os outros possam permanecer alargando suas margens e construindo novas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica M. T. de. “Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família”. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). **Política Social, Família e Juventude**: uma questão de direitos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ALMEIDA FILHO, N. Transdisciplinaridade e saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, 1997.

ALVARENGA, Maria Carmem V. H. **“Os 147% em questão: o movimento dos aposentados no Rio de Janeiro na década de 90”**. Dissertação de Mestrado – Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói 2003.

BEAUVOIR, S. de. **“A Velhice”**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **”Política Social: Fundamentos e História”**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BORGES, M. C. M. **“Gestão Participativa em Organizações de Idosos: instrumento para a promoção da cidadania”**. In: VIANA, Elizabeth et al. (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BRASIL, Portal. Presidência da república. **Cresce o número de idosos que pretende continuar no mercado de trabalho**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/06/cresce-o-numero-de-idosos-que-pretende-continuar-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.

BRASIL. **“Constituição da República Federativa do Brasil (1988)”**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **“Lei Orgânica da Assistência Social”**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **DOU**, Brasília, 8 de dezembro de 1993.

_____. **“Política Nacional do Idoso (1996)”**. Instituída em 04 de janeiro de 1994 pela Lei 8.842 e regulamentada pelo Decreto nº 1.498 de 03 de julho de 1996. Brasília, 1996.

_____. **“Estatuto do Idoso”**. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.130 de 07 de julho de 2004. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Saúde. **“Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa”**. Brasília, 2006. (Portaria nº 2.528)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **“Envelhecimento da Pessoa Idosa”**. Brasília, 2007. (Caderno de Atenção Básica nº 19).

BURGER R. E. Quem cuida das pessoas idosas? In: BEAUVOIR, S. de. **“A Velhice”**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. Apêndice II (p. 673 – 685)

CAMARANO, A. A. **“Envelhecimento da População Brasileira: uma**

contribuição demográfica”. Brasília: IPEA, jan. 2002 (Texto para Discussão, 858).

CERTO, Samuel C. **Supervisão**. AMGH Editora, 2009.

CUNHA, E. S. **Velhices: múltiplas faces de um processo socialmente construído**. Dissertação de Mestrado, Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2893>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

DIAS JR., C. S. COSTA, Carolina S. LACERDA, Marisa A. “O envelhecimento da população brasileira: uma análise de conteúdo das páginas da REBEP”. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, RJ: UnaTI/UERJ, v. 9, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.unati.uerj.br/tse/scielo.php>. Acesso em: 12 de abril de 2010.

FALEIROS, Vicente de P. “Serviço Social: questões presentes para o futuro”. In: O Serviço Social no Século XXI. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, ano 27, abr.

FRANÇA, Lucia Helena; SOARES, Neusa Eiras. A importância das relações intergeracionais na quebra de preconceitos sobre a velhice. In: VERAS RP (org.). **Terceira idade: desafios para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro (RJ): Relume Dumará, p. 192-243, 1997.

GIDDENS, Anthony. “**Sociologia**”. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GOLDANI, Ana Maria. Desafios do "preconceito etário". **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 111, 2010.

GOLDMAN, S. N. Velhice e Direitos Sociais. In: PAZ, S. F. et al (Orgs.) **Envelhecer com Cidadania: quem sabe um dia**. Rio de Janeiro: CBCISS: ANG/Seção, 2000.

GOLDMAN, S. N.; PAZ, S. F. Gerações: notas para iniciar o debate. **Revista GerAção**, p. 2-9, 2002.

GOMES, A. L. “O Benefício de Prestação Continuada: uma trajetória de retrocessos e limites – construindo possibilidades de avanços?” In: SPOSATI, A. (Org.). **Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal**. São Paulo: Cortez, 2008.

GRANEMANN, S. Trabalho e Previdência Social: notas sobre esta relação. In: GOLDMAN, S. N.; PAZ, S. F. (Org.). **Cabelos de Neón**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001, p. 75-88.

GUEIROS, Dalva Azevedo e OLIVEIRA, Rita de Cássia Silva. "Direito à Convivência Familiar". **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, SP: Cortez, n. 81, mar. 2005.

HADDAD, E.G.M. "**A ideologia da velhice**". São Paulo: Cortez, 1986.

IBGE. CENSO, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de abril de 2010.

INOJOSA, R. M. "Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade". **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

KARSCH, U. M. "Cuidadores familiares de idosos: parceiros da equipe de saúde". In: Velhice e Envelhecimento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, v. 24, n. 75, Especial Set. 2003.

LOPES, E. M. R. "**Projeto Idoso em Família**: construindo uma alternativa à institucionalização". Monografia de conclusão de curso em serviço social, Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Agosto de 2008.

LUZ, Mirna C. F. "**Intersectorialidade: um desafio na implementação da política nacional do idoso no Estado do Rio de Janeiro**". *Dissertação de Mestrado*, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Setembro de 2003.

MINAYO, M. S. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? **Revista Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 42-64, 1994.

PAZ, S. F. "**Tramas, Cenas e Dramas. Uma Análise de Conselhos e Fóruns do Idoso no Rio De Janeiro**". *Tese de doutorado*, Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Abril de 2001.

_____. "Gerontologia: uma profissão?" **Revista Revés do Averso** - Política, Cultura e Ecumenismo, São Paulo: CEPE, n. 10/05, out. 2005. ISSN1677-8685.

_____. "O estado defensor ou violador de direitos? – políticas públicas e medidas governamentais: estudo de caso sobre o abrigo do cristo redentor no rio de janeiro". In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador, 2008. ISBN: 978.972.99783-5-7.

PEREIRA, Potyara A. P. "**Desafios contemporâneos para a sociedade e a família**". Brasília: NEPPOS/CEAM/UnB, 1994. (Série Política Social em Debate, n. 7).

_____. "Mudanças estruturais, política social e o papel da família". In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e**

juventude: uma questão de direitos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **“Formação em Serviço Social, Política Social e o Fenômeno do Envelhecimento”**. In: SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL, 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: Ministério da Educação (MEC) – SESu / CAPES, 11 e 12 de maio de 2005.

PETERSON, P. G. **“A crise do envelhecimento global”**. Foreign Affairs (Edição. Brasileira; publicação da Gazeta mercantil). Belo Horizonte, 1999.

ROCHA, B. R. A. **Estabelecimento de hierarquia social por meio de ordem de bicadas em Gallus gallus domesticus (Galliformes: Aves)**. Rio Claro : [s.n.],2012.Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/tcc/brc/3142/2012/rocha_bra_tcc_rcla.pdf>. Acesso em 11 mar 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego Doméstico e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARTI, C. A. A velhice na família atual. **Acta Paul Enf.**, v. 14, n. 2, p. 91-96, 2001.

SIMÕES, J. A. “A maior categoria do país: o aposentado como ator político”. In: LINS DE BARROS, M. (Org). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SIMÕES, C. C. S. **Relações entre as Alterações Históricas na Dinâmica Demográfica Brasileira e os Impactos Decorrentes do Processo de Envelhecimento da População**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

SIQUEIRA, M. E. C. “Teorias Sociológicas do Envelhecimento”. In: VIANA, Elizabeth et al. (Org.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

SIQUEIRA, M. E. C. “Velhice e políticas públicas”. In: Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 209-223, 2009.

TEIXEIRA, S. M. **“Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil”**. São Paulo: Cortez, 2008.

VERAS, R. “A longevidade da população: desafios e conquistas”. In: Velhice e Envelhecimento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 24, n.

75, Especial set. 2003.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on ageing and health**. World Health Organization, 2015.